



PREVENÇÃO SITUACIONAL DO CRIME NA CIDADE DE PORTO ALEGRE ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2020: ENSAIO CRIMINOLÓGICO SOBRE AS ASPIRAÇÕES DE CONTROLE DA VIOLÊNCIA EM UM CLUBE DE TIRO, EM UM GINÁSIO DE PREPARAÇÃO FÍSICA PARA DEFESA PESSOAL E EM GRUPOS DE CRIADORES DE CÃES DE GUARDA.

Situational crime prevention in the city of Porto Alegre between 2015 and 2020: criminological essay on aspirations to control violence in a shooting club, in a physical preparation gym for self-defense and in groups of guard dog breeders.

Salah Hassan Khaled Junior

Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4918-1060>

E-mail: salah.khaledjr@gmail.com

José Antônio Gerzson Linck

Universidade La Salle

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9705-478X>

E-mail: jlinck@uol.com.br

Trabalho enviado em 10 de agosto de 2022 e aceito em 17 de outubro de 2022



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.01., 2024, p. 215-241.

Salah Hassan Khaled Junior e José Antônio Gerzson Linck

DOI: 10.12957/rdc.2024.69593 | ISSN 2317-7721

RESUMO

Este artigo aborda a prevenção situacional do crime na cidade de Porto Alegre, investigando empiricamente três subculturas e espaços sociais: grupos de criadores de cães de guarda, um clube de tiro e um ginásio de halterofilismo e defesa pessoal. A metodologia de trabalho adotada é a da criminologia cultural, da sociologia urbana e da antropologia urbana, com problematização dos dados empíricos obtidos mediante inserção etnográfica pelas tradições teóricas pertinentes a estes campos de saber. Por meio da análise desenvolvida foi possível perceber que dinâmicas de negociação de significado, empoderamento e reconstrução do *self* estão em jogo na inserção em espaços sociais nos quais é possível confrontar subjetivamente as ansiedades situacionais decorrentes da vivência em ambientes urbanos percebidos como ameaçadores pelos participantes dessas subculturas.

Palavras-chave: Criminologia cultural; antropologia urbana; prevenção situacional; sociologia urbana; subculturas.

ABSTRACT

This article addresses situational crime prevention in the city of Porto Alegre, empirically investigating three subcultures and social spaces: groups of guard dog breeders, a rifle club and a weightlifting and self-defense gym. The work methodology adopted is that of cultural criminology, urban sociology and urban anthropology, with questioning of empirical data obtained through ethnographic insertion by theoretical traditions relevant to these fields of knowledge. Through the analysis developed, it was possible to perceive that dynamics of negotiation of meaning, empowerment and reconstruction of the self are at stake in the insertion in social spaces in which it is possible to subjectively confront situational anxieties arising from living in urban environments perceived as threatening by the participants of these subcultures.

Keywords: Cultural criminology; urban anthropology; situational crime prevention; urban sociology; subcultures

1. INTRODUÇÃO: INSPIRAÇÃO METODOLÓGICA, JUSTIFICATIVA E REFERENCIAL TEÓRICO

A prevenção situacional do crime (*situational crime prevention* – SCP) é definida como uma perspectiva criminológica que pretende expandir a prevenção de crimes para além do sistema de justiça criminal, com base em uma análise específica de crimes (ou problemas) que visa revelar os fatores situacionais que facilitam o seu cometimento. Com base nessa análise inicial, são concebidas técnicas de intervenção que visam manipular os fatores situacionais relacionados, o que faria com que alguns crimes se tornassem impossíveis de serem cometidos, independentemente da intenção que move o agente, ou alternativamente, reduzindo os acessos que aumentariam essa motivação em uma situação específica. Desse modo, o foco estaria na redução de “oportunidades para o crime” e não na punição ou reabilitação



de criminosos. Sua perspectiva desloca a responsabilidade do controle do crime da polícia para outras entidades, públicas ou privadas, que teriam maior competência para reduzi-lo.¹

Por outro lado, as desconexões de fluxo, interrupções e irrupções de heterogeneidade desestabilizam as certezas exigidas pelos diagramas de prevenção do crime: é como se a “ordem” iluminista fosse confrontada com a barbárie e desorganização do medieval (HAYWARD, 2004, p.156). A criminologia cultural se interessa pelos dois lados da dinâmica excludente urbana: tanto por aqueles que podem pagar para se proteger, quanto por aqueles que são forçados a se deslocar para as margens desprotegidas da sociedade, ao mesmo tempo focando nas especificidades de localidade, cultura, nação e experiência (FERRELL; HAYWARD; BROWN, 2017).

Sob esse aspecto, merecem atenção diferentes dinâmicas de prevenção securitária em curso no ambiente urbano nas últimas décadas, dentre os quais se destaca o que foi referido por Davis (1990, p.28) como uma nova guerra de classes que se desenrola no âmbito do espaço construído, visível no modelo de fortalezas urbanas hermeticamente fechadas. Tais empreendimentos urbanos são cercados por muros e pontos de acesso controlados por seguranças, nos quais os cidadãos comuns não podem penetrar sem convite ou autorização de um dos residentes (DAVIS, 1990, p.244). O modelo foi “exportado” dos EUA para o mundo, aportando no Brasil de forma significativa. Por meio do consumo de “segurança” os indivíduos não só atendem ansiedades quanto ao crime e à violência, como também constroem identidade, uma vez que na atual quadra histórica, o consumo se tornou um *locus* existencial, de modo que “penso, logo existo” foi gradativamente substituído por “consumo, logo sou” (HAYWARD, 2022).

Por outro lado, existe um espectro significativo de pessoas situadas em níveis intermédios de consumo, que igualmente são afetadas por ansiedades relacionadas ao crime e à violência em sentido geral e para as quais a aquisição de uma residência dentro de um espaço fortificado e separado das ameaças urbanas percebidas não é uma opção. Nesse sentido, este artigo propõe um recorte específico, que visa explorar as avenidas urbanas de prevenção situacional do crime que são percorridas na esfera privada por indivíduos de diferentes estratos sociais, por meio de um ensaio criminológico sobre o controle/prevenção da violência em um clube de tiro, em um ginásio de preparação física para defesa

¹ A prevenção situacional do crime inclui o uso de medidas direcionadas a formas altamente específicas de crime que envolvam a gestão, design ou a manipulação do ambiente imediato em que esses crimes ocorrem, de modo a reduzir as oportunidades desses crimes. Desse modo, o objetivo da criminologia administrativa seria o de “bloquear oportunidades” para o crime, de modo a trazer bolsões de espaço urbano (ou mais evocativamente ‘zonas selvagens’) de volta a processos objetivos de territorialização ordenada. A receita para esses espaços é simples: autoridades locais, empresas e, de fato, o público em geral é encorajado a empregar impedimentos práticos para garantir que os edifícios, espaços públicos e, mais importante, as pessoas não forneçam “alvos” para o criminoso. (HAYWARD, 2002).

pessoal e em grupos de cães de guarda, que incluiu inserção etnográfica com vistas a obter conhecimento empírico sobre tais práticas, que visam não só o atendimento de ansiedades relacionadas à “segurança”, mas também assertividade, empoderamento e (re)construção da identidade.

A proposta de trabalho foi inicialmente concebida a partir de um interesse concomitante e de longa duração dos autores em controles urbanos informais, grupos urbanos que confrontam as dinâmicas de separação e extermínio, coletividades boêmias de camadas médias e a produção do rap por sujeitos periféricos, bem como sobre discursos e ações concretas que contestam o controle formal e informal nas capitais metropolitanas. Todas essas trajetórias foram compreendidas sob o prisma de coletivos de resistência ao controle securitário e, portanto, analisadas de forma próxima ao discurso criminológico crítico, bem como problematizadas pelas criminologias e sociologias críticas, sobretudo pós-modernas, com ênfase na perspectiva emergente da criminologia cultural.

Nestes trabalhos anteriores, foi realizada pesquisa teórica e posteriormente empírica em grupos situados em posições de resistência ao controle na cidade de Porto Alegre, desviando de normas em harmonia com os atuarialismos criminológicos (DIETER, 2013) e prevenções situacionais, em uma posição de negação ou enfrentamento do risco. Sob essa perspectiva, a despreocupação com prevenção securitária e vigilância era um cimento de coesão (MAFFESOLI, 2007). Colocar-se voluntariamente em risco pode ser uma forma de resistência ao poder-saber da vigilância, bem como de recaptura de controle sobre a própria vida, o que exige o aprimoramento das habilidades necessárias para confrontar e escapar com vida de experiências limítrofes (FERRELL, 2004, p.81).

No polo diametralmente oposto, encontramos o que pode ser definido como prevenção situacional informal, que pode representar um contraponto compreensivo interessante para as práticas de resistência e desafio ao controle social mediante às quais os participantes se empoderam e reconstruem o próprio *self* (LYNG, 1990).

Dessa forma, foi articulada a pretensão inicial de produzir material empírico em uma academia de halterofilismo e defesa pessoal de classe média baixa na cidade de Porto Alegre, objetivando produzir contraste discursivo. O espaço é conhecido por não ter como finalidade a modelação corporal, mas a preparação para a sobrevivência em confrontos físicos. Inspirado sobretudo no trabalho de Wacquant sobre o boxe e na necessidade constante de ponderação e controle da violência nos esportes amadores, destituídos de arbitragem e segurança institucional, surgiu a ideia de realizar alguma espécie de observação mais rigorosa, dado que um dos autores já frequentava o espaço e detinha familiaridade com ele.

O intuito consistia em testar o limite em que objetos antropológicos calcados em práticas esportivas urbanas faziam fronteira com as ciências criminais, mais notadamente com a criminologia

cultural e o debate sobre os sentimentos envolvidos na negociação dos limites de ações transgressivas (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2019). De certa forma, o debate inicialmente imaginado era mais epistemológico do que criminológico, motivo pelo qual foi posteriormente ampliado para acrescentar as dinâmicas de outros três espaços. Desse modo, o artigo conjuga pesquisas empíricas realizadas em um clube de tiro, em um ginásio de levantamento de peso para defesa pessoal e em grupos especializados em cães de guarda territorial, conjugada com uma inserção em redes virtuais sobrevivencialistas e grupos de debate.

Dessa forma, o recorte temático aglutina temas de prevenção securitária, criminologia atuarial e administrativa, autoproteção e criminologia cultural, investigando o controle informal da violência em ajuntamentos coletivos nos quais a agressão é o elemento reativo, motivador ou consistente na própria prática do grupo.

O referencial teórico transita por Teresa Pires Caldeira, Vera Malaguti Batista, Maria Rita Kehl, Angelina Peralva, Salo de Carvalho, Stephen Lyng, Jeff Ferrell, Keith Hayward e Jock Young. A estratégia metodológica está inspirada nos trabalhos de Gilberto Velho, Howard S. Becker, Jeff Ferrell e Eduardo Coutinho. O problema de pesquisa aborda a prática observada pelo trabalho empírico e pode ser descrito como uma indagação sobre quais práticas de agressividade reativa e/ou preventiva respondem à quais inseguranças urbanas nos grupos observados na cidade de Porto Alegre durante o período de 2015 a 2020.

A delimitação temática está condicionada pelos objetos de pesquisa e pode ser conceituada como uma descrição de práticas concretas de exercício e controle da violência em Porto Alegre, sobretudo justificadas com argumentos de prevenção securitária. A forma de abordagem foi sendo criada durante as próprias práticas, em diálogo implícito com os trabalhos de Gilberto Velho (2010) e com as etnografias da criminologia cultural, no sentido de que por meio da imersão é possível se tornar parte do processo pelo qual o significado é produzido, testemunhando as maneiras pelas quais essas pessoas dão sentido às suas experiências, através de códigos simbólicos e conversas coletivas (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2019, p.83). O trabalho não possui rigor quantitativo. Os objetos decorrem da facilidade de acesso e do domínio prévio de linguagens que permitiram ingresso nos campos. Por outro lado, embora tenham forte impacto em diversas regiões metropolitanas e um número grande de seguidores espalhados pelo país, em Porto Alegre os ginásios dedicados exclusivamente ao halterofilismo de defesa, os clubes de tiro e a criação de *Bandogs* e são escassos, de forma que o recorte não é insignificante. Em todos os grupos e espaços, foi concluída o que seria a iniciação básica da prática securitária. Armas de fogo e cães de guarda faziam parte do ethos de uma parcela da família paterna de um dos autores, de modo que não foi difícil compreender os valores e adequar a linguagem.

O ginásio de halterofilismo existe há muitas décadas. É uma das primeiras “academias” de Porto Alegre e fez parte do trajeto entre o centro da cidade e a residência de um dos autores durante algum tempo. Ele não se parece com os espaços contemporâneos dedicados ao “crossfit”. Esteticamente, é quase o oposto deles: o ambiente é escuro, não há nenhum tipo de discurso motivador e não há preocupação com modelagem corporal. A descrição mais correta provavelmente seria “levantamento de peso para autodefesa”. O custo é muito baixo comparado com academias de qualquer região da cidade. O espaço foi frequentado entre os anos de 2004 e 2007, depois entre 2013 e 2017, normalmente no período de férias, pagando sempre o valor diário. Quando redes *sobrevivencialistas* e voltadas para prevenção securitária começaram a compor a força centrípeta das criminologias atuariais informais, a mesma teia social foi reconhecida: vínculos forjados em medos simbólicos de perda da vida biológica, mas cujo objeto do trauma sempre pode ser exemplificado em situações reais de violência urbana.

No clube de tiro, houve participação em todos os cursos instrutórios de armas de fogo por mais ou menos três anos, todos os testes psicológicos e burocráticos exigidos foram prestados e igualmente foram recebidos os instrumentos legais que atestam a aprovação formal.

No curso da inserção nos grupos de cães de guarda, a interação envolveu contato com criadores de “cães mestiços funcionais” voltados para defesa urbana, sobretudo vinculados a discursos de proteção animal, convivência em espaços de treino e diálogo por alguns anos com os criadores.

A pesquisa empírica presencial mostrou que também era pertinente a observação virtual de grupos de *sobrevivencialismo* que circundam o mesmo espaço geográfico, embora alguns componentes fossem do Sudeste e do Norte do país.

A pesquisa objetivou compreender a existência dos grupos, entender o sentido da prevenção ante a presunção de violência e quais tipos de agressividade tais atitudes preventivas desencadeiam. A tentativa de previsão do comportamento agressivo estimula e justifica para os próprios participantes a adoção de atitudes preventivas e defesas antecipadas como a agressão ou a fuga. Se é verdade que, em muitos casos, o preconceito arma o medo que dispara a violência preventiva, em inúmeras situações parece existir um fundo muito mais abstrato de inseguranças, provavelmente inalcançável (SOARES, 2005, p. 175).

O recorte socioeconômico não decorre diretamente de uma estratégia metodológica propriamente dita. A escolha das coletividades ocorreu pela facilidade de inserção e abrange grupos bastante distintos: a academia de halterofilismo é composta por homens de classe média baixa, brancos e pretos, embora algumas poucas mulheres frequentem o espaço. O grupo de cães de guarda e defesa pessoal (cinofilia funcional) é mais heterogêneo, composto quase igualmente por homens e mulheres de classe média baixa, muitas vezes microempresas familiares e sem vinculação formal. O clube de tiro possui



variação de gênero, mas é composto por leve maioria de homens e faixa de renda superior, quase todos brancos. Há subgrupos exclusivos para mulheres atiradoras. O recorte econômico advém do custo e motivação das práticas observadas, o que será fundamentado no decorrer do artigo.

As afirmações não resultam de planilhas estatísticas, mas de observação visual e comunicação oral, portanto admitem considerável margem de erro. O resultado não consiste exatamente na colheita de informações sobre os objetos, mas na demonstração de algumas teias sociais que vinculam os grupos. Uma das preocupações do artigo é evitar que a descrição dos grupos se transforme em uma construção de estereótipos ou espécie de criminologia etiológica com sinal invertido, já que os autores estão situados em posição existencial relativamente diversa. Por outro lado, um vocabulário de motivos comuns aos participantes dos diferentes grupos foi significativamente desvelado, de forma que a postura apreciativa (MATZA, 2010) adotada no curso da etnografia e no tratamento conceitual do material empírico resultou em uma leitura fortemente situada em uma “descrição densa” da vívida realidade experienciada no curso da etnografia.

2. DESENVOLVIMENTO: DESCRIÇÃO EMPÍRICA DE GRUPOS DE PREVENÇÃO SITUACIONAL NA CIDADE DE PORTO ALEGRE

A academia de halterofilismo fica na zona central de Porto Alegre e se parece com uma barbearia dos anos 80: poucas palavras, roupas sérias, ausência de janelas e muitos jornais. Não há esteiras, bicicletas, balanças ou parede de espelhos. O registro é feito de forma física, não há nenhum computador. O banheiro masculino parece um banheiro de boteco ou rodoviária metropolitana. O banheiro feminino possui chave. A maior parte dos frequentadores pode ser definida como de classe média baixa: são basicamente motoboys, donos de vans de cachorro-quente, garçons, policiais, estudantes e seguranças. Poucas mulheres frequentam o espaço e todas elas são policiais. O valor é muito menor do que o cobrado nas demais academias da região. O pagamento deve ser feito sempre em dinheiro. Não há nenhuma máquina de cobrança. Todos os aparelhos foram produzidos pelo próprio proprietário e consistem em estruturas de apoio de pesos livres, com exceção do aparelho para fortalecimento das costas que possui cordas simples.

Nas paredes, podem ser encontradas fotos de campeonatos de halterofilismo, catálogos de armas e pôsteres velhos de locadoras, expondo capas de filmes de sobrevivência ou luta marcial, como “O Exterminador do Futuro” e “O Grande Dragão Branco”, por exemplo. Pouquíssimas palavras são trocadas e não se percebe quase nenhuma ostentação econômica, como a que é encontrada em academias contemporâneas. Por outro lado, é perceptível um debate regular sobre o consumo de anabolizantes como Deca Durabolin, Durateston, Hemogenin e um composto chamado informalmente de “ECA”



(efedrina, cafeína e aspirina), utilizado para aumentar a pressão arterial e acelerar o metabolismo, induzindo queima calórica. O consumo de substâncias modernas de estímulo hormonal (pré-hormônios/hormônio do crescimento) é desencorajado, pois é associado às academias burguesas de delineamento corporal, nas quais são cobrados valores altíssimos e prosperam modismos relacionados ao fisiculturismo ou a traficantes pouco confiáveis. Todos compram os produtos com facilidade em farmácias, ainda que o comércio sem receita médica seja irregular. Embora exista uma crença disseminada sobre a utilização de anabolizantes que os relaciona diretamente com resultados estéticos, o discurso é de que a maior parte da suplementação hormonal possui efeito direto na força, mais do que na alteração estética. Pela mesma razão, hiper proteicos baratos de todo tipo e viandas com carne e batata costumam anteceder e suceder os treinos.

Poucas palavras são proferidas e elas quase sempre se referem a amenidades. Por outro lado, há muito discurso armamentista e são frequentes os diálogos em torno do que pode ser definido como “populismo penal”, na maior parte das vezes de modo próximo ao punitivismo de esquerda. É um ambiente triste, com pouca abertura para devaneios ou diálogos descontraídos. Não há nenhum tipo de som ambiente, não há ar-condicionado e não é permitido falar ao telefone dentro do ginásio. A maior parte das conversas versa sobre o próprio treinamento, suplementação, anabolização, instrumentos de defesa (bastões simples e retráteis, balestras, roupas ‘táticas’, etc.) e movimentos de luta. No entanto, a simplicidade do espaço, conjugada com o silêncio e a humildade dos frequentadores, torna o ginásio mais agradável do que as academias de classe alta em Porto Alegre. Há uma percepção coletiva de que ali há algo sério sendo realizado, o que não comporta conversas desnecessárias e faz com que o silêncio de um dos frequentadores não cause estranheza.

Durante o curso da etnografia, o silêncio foi mantido durante a maior parte dos anos, exceto quando havia questionamento ou o pesquisador se via envolvido involuntariamente em conversas de algum frequentador conhecido. Nestas hipóteses, quando indagado sobre temas relacionados à violência ou à política, as afirmações sempre foram diretas e nunca houve impressão de que o discurso criminológico crítico ou o posicionamento de esquerda colocassem o pesquisador em uma posição de diferença. Possivelmente os juízos e as regras sobre o que consiste desvio estejam muito mais calcados na manutenção de uma aparência de sobriedade e simplicidade do que no conteúdo explícito dos discursos. Não é possível afirmar se os frequentadores do ginásio são racistas, misóginos ou fascistas. Não há abertura para esse debate, mas sem dúvida alguma, são bastante conservadores.

Fica nítida a “insegurança ontológica” conforme discutida por Jock Young (1999) ou na sociologia de Bauman, sobretudo decorrente da instabilidade econômica e identitária, por meio da qual vários grupos ou setores dentro da população passam a perceber que seu status é ameaçado e sua identidade



é desinserida (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2019, p.4). A privação relativa e a insegurança dos vulneráveis socialmente pode levar ao crime, mas também podem gerar ressentimento e expectativas punitivas em indivíduos que não se encontram em situação de pobreza, mas que não conseguem construir identidade com base no consumo e se sentem inseguros diante da precarização das relações de trabalho. Nesse sentido, sentimentos de impotência, exclusão e incerteza quanto ao porvir por força da crescente privação relativa podem ser aglutinadores subculturais mediante os quais são encontradas soluções para problemas comuns compartilhados. A aquisição de força física e a hipermasculinidade podem assim funcionar como um mecanismo de construção de identidade, autoestima e empoderamento diante das incertezas típicas de uma sociedade bulímica (YOUNG, 1999).

Quase sem exceção, o ginásio é frequentado nos intervalos de exaustivas jornadas de trabalho, por pessoas que se deslocam por áreas urbanas nas quais as sensações de perigo vivenciado subjetivamente são comuns. Não está explícito o objeto ameaçador que provoca a necessidade da preparação física, mas há muitos relatos aleatórios. Além das experiências individuais de todo residente urbano, são frequentes as narrativas vinculadas ao mundo do trabalho: a policial assediada que reagiu com um bastão, o motoboy que foi agredido por um cliente pela demora na entrega de um documento e precisou se defender, o segurança agredido por um grupo de praticantes de jiu-jitsu em uma festa de classe alta, o porteiro que brigou com um motorista que estacionou na frente da garagem do prédio, entre outros relatos.

O ginásio consiste, sobretudo, no treinamento de grandes grupos musculares. Não há nenhuma preocupação com a definição ou postura, já que o levantamento de peso objetiva diretamente a defesa pessoal em situações de agressão. O discurso é implícito, mas evidente: há uma antítese clara (o “fitness”) e uma premissa de retorno ao tempo em que a preparação física não possuía apelo consumista e objetivo estético. Aparentemente, “naquele tempo” os indivíduos também eram capazes de garantir sua própria segurança. Nesse sentido, a agressão é compreendida como uma espécie de prova de força e de masculinidade, aceita em muitas dinâmicas da vida social. A utilização de violência para defender os direitos e/ou a reputação de uma pessoa, como meio de provar a masculinidade, a coragem e a força física circulam na própria cultura *mainstream*, como já teorizado na tradição subcultural da criminologia (MATZA; SYKES, 1961, p. 717).

O gozo com a violência normalmente é encoberto por discursos de desqualificação da vítima ou demonstração de hierarquias de prioridade, ou seja, o “apelo às instâncias superiores” (MATZA; SYKES, 1957) nas quais a autodefesa e a proteção das pessoas próximas autorizam qualquer excesso contra o estranho ameaçador. As técnicas de neutralização se mostram eficientes no uso cotidiano, possibilitando aos agressores uma imagem positiva de si próprios, de modo que normalmente propiciaram ao

pesquisador se colocar na situação narrada e ter empatia com a resposta agressiva, como exige uma sensibilidade apreciativa das texturas e nuances do desvio (MATZA, 2010).

Todos os relatos são pormenorizadamente analisados de acordo com protocolos de reação e debate sobre objetos que poderiam auxiliar na defesa: a ineficácia de aparelhos de choque em virtude da necessidade de aproximação, o risco da utilização de facas em virtude do potencial de causar um homicídio, formas de posicionar o corpo para aplicação de golpes e a eficácia das roupas de combate que permitem a colocação de objetos de defesa nos bolsos velados. O tema geral parece simples, mas é grande a segmentação e a quantidade de informações, demonstrando como na subcultura em questão circulam não só uma série de símbolos comuns, mas também de técnicas coletivamente compartilhadas.

Os frequentadores demonstravam grande preocupação com o proprietário do espaço, pois já não possuía família e estava em idade avançada. Era sempre convidado para eventos familiares e parecia bastante zeloso com a saúde de todos, embora seja possível problematizar o conceito de saúde privilegiado.

Os grupos de cães de trabalho funcional, sobretudo de agressão, possuem outra antítese objetiva, mas próxima: os critérios e formas de julgamento das exposições de cães de raça, além da relação histórica com a espécie humana e a preocupação com a proteção pessoal. O argumento mais comum é que a história da formação das raças e a saúde dos animais são destruídas pelos desfiles estéticos e critérios das instituições de classificação e produção de documentos comprobatórios da pureza dos animais (“pedigree”), afetando sobretudo a funcionalidade orgânica e a função original das seleções de cães. Os Buldogues ganharam excesso de prognatismo, destruição da coluna e braquicefalia. Os Boxers perderam o tamanho da embocadura e já não conseguem morder com firmeza. O Fila teria ganho excesso de pele nos olhos e já não pode enxergar. O Dobberman ficou com a cabeça excessivamente estreita e o pastor alemão adquiriu displasia. A crítica situa-se na manipulação humana que colocaria em primeiro lugar a estética e o lucro, em vez da função original e da história concreta da formação das raças no Brasil. É um discurso conservador, mas que interage com argumentos contemporâneos de respeito à vida animal e mescla o humano com o cão na tentativa de se proteger dos inimigos abstratos.

É, ao mesmo tempo, um discurso de proteção dos animais e uma cruzada conservadora que defende o retorno da função original dos cães. Cães de pastoreio, cães de caça, cães de guarda, cães de faro... Cada raça teria uma história que poderia ser esquadrinhada através da descrição de “drives” que acompanhariam a tradição da seleção dos animais. Os “drives” não são exatamente instintos, mas pulsões canalizadas pela história genética. Os cães Fila Brasileiro (“cães de filar”) teriam uma herança muito antiga na tarefa de proteção da espécie humana, desde a colonização, provocando ojeriza natural ao estranho, decorrente da seleção secular para o agarre. Os cães American Pitbull Terrier (“APBT tradicionais”),

sobretudo “tradicionais”, não seriam cães adequados para a guarda territorial, já que selecionados no combate contra outros cães (“drive” de caça), não contra humanos. O Cimarrom Uruguaio teria sido abandonado pelos colonizadores após guerras coloniais e sobrevivido em vida selvagem, adquirindo um alto “drive de matilha” e de caça, mas não seria tão facilmente adestrável. Por outro lado, são cães admirados pela herança de liberdade e superação de situações adversas, quase um reflexo no espelho do que os seus donos desejariam ser.

Existiria uma transmissão decorrente da seleção humana, que manteria pulsões diferenciadas de acordo com a história genética do animal, mas determinada diretamente pela simbiose com o humano. Os cães Pitbull tradicionais teriam alto “drive” de caça e bom relacionamento com humanos, pois foram selecionados para rinha. A rinha necessita de cães resistentes e seguros para o combate contra outros cães, mas ao mesmo tempo intensa manipulação e diálogo com o homem (o treinador, o veterinário, o juiz etc.). Portanto, diferente do que o estereótipo indica, o pitbull seria um cão adequado apenas para defesa pessoal mediante treinamento específico sob comando, mas não para convívio com outros cães ou defesa territorial, já que a história genética aproximou o animal do homem e o afastou dos outros cães. Haveria o “drive” de caça, o “drive” de guarda territorial, o “drive” de matilha, etc.

Existem diversas literaturas, historiadores e criadores que desenvolvem teses e aplicações práticas desde um pressuposto básico de que existe transmissão genética de cada “drive”, ainda que possa variar ou ser direcionada para funções diferentes de acordo com a criação e o indivíduo. Um dos criadores, por exemplo, é professor de Biologia e doutor em Biologia Social. O discurso parece exótico, mas é calcado em uma mistura de determinismo biológico com antropologia animal, de modo que a refutação não é tão fácil quanto parece.

No caso dos “drives” que interessam ao artigo, o cachorro de caça seria inadequado para guarda, enquanto o cão de guarda seria inadequado para caça. Os cães poderiam ser esquadrihados de acordo com expectativas concretas dependentes de diferenciadas recepções genéticas: o Dogo Argentino como predador de caças grandes; o Dobberman, o Fila (cão de “filar”) e o Dogue Brasileiro como cães de guarda; o Apbt e o Bull Terrier como cães de rinha; os Pastores como cães de controle e proteção do gado e altamente adestráveis, já que o pastoreio conta com permanente controle humano.

Os grupos vinculados ao controle da violência urbana estruturam a maior parte das falas em torno da criação de “bandogs”. O “Bandog” remete ao “cão banido”, mas está envolto em teorias complexas de identificação do agressor, relacionamento com o homem, exercícios de ataque e combinação de “drives”. O “segredo” estaria em convencer o cão da importância da matilha (“socializar”), combinar animais com bons “drives” e adestrar adequadamente. A preocupação central é com a insegurança, o que envolve tanto a invasão da casa (“território”) quanto a circulação por áreas urbanas. Embora seja frequente o

discurso sobre o “vagabundo” (o “vago”) e o ladrão, muitos discursos trabalham com estereótipos aleatórios de descontrole: o alcoolista, o “drogado”, o estuprador, o “louco”.

Os humanos nem sempre seriam capazes de perceber estas ameaças secundárias, mas o “cão sempre sabe”. A vinculação entre o animal e o homem é representada como um superpoder capaz de identificar e antecipar ameaças cuja antítese é a mercantilização e objetificação estética. No caso dos cães responsáveis não apenas pela guarda do homem, mas também do rebanho, existem coletes balísticos caninos para proteger dos ataques de javaporcos, animais selvagens e abigeato. Nesta hipótese, é necessário combinar raças com “drives” de guarda (proteção territorial) e de caça ou então possuir animais diferentes de acordo com as funções. O Dogo Argentino, por exemplo, é valorizado não apenas pela força e valentia, mas também pela cor. No combate ao abigeato e na caça, é importante que os cães da matilha sejam facilmente identificados pelo homem. Na cidade, acontece o contrário: é importante que o cão seja escuro para não ser identificado com facilidade pelo agressor imaginário.

Há criadores dedicados exclusivamente à criação de animais funcionais urbanos. Neste caso, o animal deve ter menor porte para viver em apartamentos, alta socialização para contato em zonas populosas, adestrabilidade para evitar acidentes com automóveis e, sobretudo, capacidade de ataque sob comando. Há toda uma história complexa de sobrenomes que remetem a antigos criadores de cães mestiços de trabalho e produtores de sub-raças derivadas (Bandogs), mesclando raças tradicionais de guarda e rinha. Embora os APBT (Pitbull tradicional) tenham como origem as rinhas de cães, são admirados e venerados pela estrutura atlética, resistência à dor e apego aos donos. São vistos como animais que jamais desistem, extremamente persistentes e fiéis aos objetivos da matilha. Os APBT são descritos como animais injustiçados por uma cultura que transformou os cães domésticos em supridores emocionais de indivíduos desesperados por afeto em uma sociedade individualista. A cultura contemporânea não conseguiria interpretar a “história material” da raça e os estudos de biologia social. Além disso, existe uma retórica de que alguns animais serão muito superiores aos seus donos, de modo que os ataques de cães aos humanos decorreriam da conduta de pessoas inábeis na posse de cães superiores.

Para a maior parte dos criadores com que se conviveu, o conhecimento sobre a história das raças não implica na aceitação da ideia de raça canina como algo positivo, na verdade é o contrário, discordam da manutenção de seleções de raças, assim como de práticas de alteração ou manutenção estética dos cães. Por outro lado, a crítica da ideia de raça não aparece apenas como forma de libertação animal, mas de complemento de características desejáveis para a função (cinofilia funcional): o cachorro de proteção territorial precisa ser grande para agarrar o invasor utilizando seu próprio peso, o cachorro de agressão social sob comando precisa ser atlético para atacar a região certa e, ao mesmo tempo, adestrado e

controlado para que não ataque pessoas aleatórias e possa passear no automóvel, bem como andar por zonas urbanas altamente povoadas ou conviver em apartamentos. O discurso é crítico quanto ao processo de adoecimento dos animais causado pela seleção humana e refuta as tentativas de humanização dos cães, ao mesmo tempo em que instrumentaliza o animal com uma estrutura discursiva de retorno ao tempo original no qual os cães atuavam em intensa harmonia com o humano, formando matilhas interespécies.

O objeto intrusivo e ameaçador é simbólico, mas facilmente concretizado nos discursos. Em um tempo selvagem e cheio de perigos, a criação de matilhas envolvendo cães e humanos seria uma fonte de tranquilidade para quem não pode residir nos refúgios dos bairros e fortalezas urbanas cercadas. A maior parte dos criadores transparece uma aparência de simplicidade: as casas não possuem tecnologias de segurança, os bairros não são intensamente vigiados por segurança pública e privada, não há dinheiro para aquisição e treinamento com armas de fogo. Não há verba para compra de rações importadas ou específicas para determinadas raças como no universo de cães de companhia, por isso é estimulada a alimentação natural, composta sobretudo por carnes excedentes de açougues. Excluídos da segurança e da construção de identidade obtida por meio do consumo possibilitado por critérios de renda e classe, os criadores retornam aos instrumentos de sobrevivência primordiais: o faro, a mordida, o instinto, a proteção da matilha. Alguns denominam os projetos de *Bandog*: o cão banido, o cão excluído, o cão refugio. As histórias de superação são frequentes, a reduzida expectativa de vida dos cães grandes favorece os relatos de heroísmo e saudade dos animais já falecidos, normalmente enovelados em situações de salvamento do homem.

Existe certo senso de comunidade subcultural cujo objeto aglutinador é uma espécie de segredo ancestral sobre a simbiose entre os cães de guarda e os humanos, esquecidos por uma cultura baseada no consumo e na humanização dos animais. A questão é que grande parte dos criadores parece se identificar com a securitização violenta no seu pior espectro: a criação de estereótipos de agressividade, o ressentimento com comportamentos hedonistas e o conservadorismo autoritário. Por outro lado, o coletivo não repulsa abertamente a diferença, já que existe algo maior que tece a teia: manter-se vivo.

Os processos identificatórios são bastante evidentes e situam-se no extremo oposto da criação de cães de guarda da classe média alta, normalmente caros, puros e *“inúteis como seus donos”*. Os cães mestiços funcionais, sobretudo para proteção urbana, seriam animais que não possuem o valor reconhecido, mas são melhores do que os animais de raça. Possuem caráter, força e disposição. São doados ou adquiridos por preços módicos. Os canis são simples e limpos. O treinamento nunca termina, mas começa com treinos de obediência (sentar, ficar, ir para o canil), seguidos de treinos de agressão.

Nos treinos de agressão, o animal nunca pode ser tocado ou machucado, pois o objetivo é que ele internalize uma espécie de onipotência psicológica: precisa ter certeza de que vence o agressor para nunca recuar, por isso não pode ter medo ou memórias de fracasso na contenção do invasor. Existem vários tipos de técnica, mas a maior parte inicia com treinos de caça, evolui para desenvolvimento da mordida (embocadura, normalmente com cordas ou panos) e termina com a utilização de figurantes vestindo roupas táticas (“bite”) ou mangas de treino. O figurante simula entrar na casa, agredir o proprietário, entrar no automóvel ou mesmo criar uma situação de tensão apenas com palavras.

A maior parte dos criadores está no campo mais comumente denominado de direita e alguns canais estão imbricados em redes difusoras de conhecimentos *sobrevivencialistas*. Por outro lado, há criadores identificados com a esquerda e com a proteção global dos animais, vinculados a discursos críticos que observam nos cães de raça o resultado de cruéis processos mercantis de objetificação de vidas animais. São frequentes os discursos de superação que visualizam na história das raças que compõem os projetos *bandog* a vitória sobre um passado de tortura e escravidão: os Apbts que venceram as rinhas, os Filas que venceram a instrumentalização da sua força em armas de opressão ou o Cimarrom Uruguaio que suportou o abandono em território inóspito e conseguiu se manter vivo em uma espécie de anarquia selvagem.

Talvez a história dos cães possa ajudar os donos a superar seus medos e inverter expectativas de fracasso, como na série “pitbulls e condenados”, em que o apelo ao amor incondicional dos animais banidos propicia força para os presos apartados por um sistema criminal cruel e injusto. Mais do que guardiões da casa ou de seus donos, os cães são companhias de sobrevivência em um mundo ameaçador, por isso não devem ser deixados no pátio como se fossem meros seguranças desconectados do núcleo familiar. Os cães de ataque devem ser mantidos dentro de casa e protegidos do invasor. Humanos e cães devem estar acolhidos no mesmo território para que possam enfrentar juntos a ameaça. A primeira linha de defesa é o muro da residência, a segunda linha de defesa é a porta da casa. A terceira linha de defesa é a simbiose entre o cão de trabalho e o seu criador.

Nos espaços concretos de treinamento para guarda, os cães sempre estão certos. A conduta indesejada deve ser investigada profundamente para que o humano compreenda a razão do animal, não o contrário, por isso não devem ser utilizados castigos físicos ou palavras agressivas de ordem. Embora seja frequente a crítica ao tratamento humanizado dos “pets”, os criadores equalizam a hierarquia humano-cachorro com o objetivo central de proteger a matilha da qual todos fazem parte. É altamente reprovada a ideia de levar o cão ao adestramento como se leva uma criança na escola: é a matilha que aprende. A pedagogia não pode ser individual.



O adestramento estrutura-se na criação de linguagens simples e compreensíveis que permitam uma correta comunicação entre o criador e um animal preparado física e mentalmente para a sobrevivência em um ataque inimigo. O treinamento avançado consiste na utilização de figurantes que ameaçam o dono ou o espaço do cão e devem correr no primeiro sinal de alerta emitido pelo cachorro, construindo uma personalidade onipotente no animal, o que reduziria o receio em um confronto real.

Em uma lógica diametralmente oposta à simplicidade das subculturas anteriormente retratadas, no clube de tiro pode ser encontrada uma estética que remete aos shopping centers. O clima é de guerra falsa, o medo é simbólico e a ostentação econômica é evidente. No espaço fortemente iluminado, podem ser encontrados setores de vestuário “tático”, funcionários esteticamente padronizados e ostentação tecnológica, com acesso mediante verificação de impressão digital, autenticação por câmera e acionamento remoto. No lado de fora, sempre há pelo menos um segurança armado e “posicionado” com discrição. Parece contraditório com uma dinâmica de segurança calcada na discrição (o porte velado, a roupa camuflada, o cinto com faca oculta), mas a estrutura física da propriedade se destaca em um bairro ocupado por empresas de pequeno porte e casas de classe média. Em uma rua próxima, se encontra um carro blindado e abandonado, exposto como uma espécie de troféu. Centenas de tiros introduzem uma estética de controle obtido por meio de uma conjugação de tecnologia, barreiras físicas e dispêndio financeiro. O estacionamento normalmente está abarrotado de carros importados e veículos simples de classe média, mas destinados a transparecer sucesso profissional, de modo condizente com a onipresente cultura de consumo na qual circulam de forma conjunta e espiralada poder econômico e expressividade individual (HAYWARD, 2022).

O treinamento inicia com aulas teóricas ministradas por juízes e delegados, legislação sobre armas e introdução aos conceitos jurídico-penais vinculados à exclusão de ilicitude. A didática é ruim, mas o discurso é legalista. Não se pode dizer que há uma retórica uníssona na direção da direita conservadora ou do autoritarismo. O clima existe, mas ele não está no discurso aparente, na comunicação oral ou nas sugestões técnicas. Os dribles na legislação não são indicados: o magistrado informa os riscos e hipocrisias da utilização do porte de trânsito dos atiradores como licença para portar armas e recebe críticas dos inscritos, mas não cede na tentativa de demonstrar a existência de tipos penais relacionados com o porte sem autorização (camuflado em porte de trânsito; “porte abacaxi”) utilizado pelos caçadores, atiradores esportivos e colecionadores de armas. O delegado em nenhum momento sugere que a reação armada seja melhor do que a rendição ou fuga, inclusive indica que a melhor alternativa é sempre a evasão. Há discussões acessórias sobre a criação de quartos do pânico, proteção residencial, portas anti-arrombamento e eclusas na entrada da garagem. O clima das primeiras clínicas foi triste e tenso, mas logo depois foi substituído por uma espécie de silêncio entediado.



Não há uma oratória uníssona que demonstre a viabilidade da reação armada. A promessa oferecida pelo curso consiste no ensinamento de técnicas objetivas que aumentam a chance de sucesso em um gesto reativo. E o discurso é relativamente racional, já que sustentado em descrições simples e demonstrações válidas: uma pistola com custo aproximado de cinco mil reais (uma pistola *Taurus TS9*, por exemplo) dispara quase duas dezenas de projéteis 9mm em um espaço temporal exíguo. Os argumentos desarmamentistas são descritos e enfrentados discursivamente: o elemento surpresa do inimigo, o tempo de saque, os riscos de lesão a transeuntes... Não há uma profusão aleatória de discursos irracionais. O discurso constrói o “clube” como um espaço que se coloca como portador de uma informação técnica sobre legislação e uso de armas de fogo, o que inclui uma explicação pormenorizada dos riscos envolvidos.

Os treinos são bastante simples: montagem e desmontagem das armas, tiros em stands ou quadras de treino, preparação para uso em situações de estresse físico e mental, demonstração das diferenças das armas e munições, estudo da legislação e simulação de eventos de agressão e reação, bem como utilização das duas mãos para o saque da arma. Com o passar do tempo, a impressão inicial de que se trata de um espaço frequentado exclusivamente por indivíduos de classe média alta se esvai: parte considerável dos associados busca uma alternativa ao custo elevado dos empreendimentos urbanos situados em bairros altamente controlados por vigilância privada e policiamento público. Persiste uma certa ideia difusa, mas bastante lúcida, de que não é racional optar individualmente por uma política pública de desarmamento se o contexto aponta para soluções opostas. O desarmamento é colocado como uma utopia que no período contemporâneo se tornou algo próximo de uma fantasia da esquerda, já que seria irracional optar individualmente por uma estratégia que só funcionaria se for coletiva.

O custo da promessa oferecida pelo objeto mágico representado pela pistola é comparativamente muito menor do que o valor exigido pela promessa de segurança tecnológica de uma casa (muro, cerca eletrônica, alarme, ronda privada) ou do que o custo envolvido na aquisição ou aluguel de um apartamento com custos condominiais e elevado valor devido a especulação imobiliária.

Muitos frequentadores narram situações traumáticas que justificam a opção pela autoproteção armada: extorsão mediante sequestro, roubo, ameaça, crimes contra dignidade sexual etc. De certa forma, a opção pelo desarmamento é colocada como uma antítese ao mundo do trabalho precário: só quem pode optar por perder o bem ou comprar segurança residencial poderia escolher não contar com uma estratégia individual de autodefesa. O argumento é um pouco contraditório, já que o trabalho precário não permitiria arcar com todos os custos para aquisição regular de uma arma de fogo. Por outro lado, continua sendo muito menor do que a diferença entre um apartamento em bairro periférico e em bairros centrais com aparatos de prevenção securitária.



Alguns realmente estão ali para treinamento desportivo e tudo que envolve a prática: o controle da ansiedade para intercalar a respiração com os disparos, a dessensibilização com o intenso barulho de tiros, blindagem quanto aos estímulos ao redor e intensificação da coordenação motora fina. Ocorre que o valor do treinamento é extremamente caro: em uma média de cinco reais o projétil, um treino simples com duzentos tiros custa pouco menos de mil reais. De fato, a atividade produz uma sensação de controle físico e psíquico interessante, além de o progresso ocorrer muito rapidamente. É uma atividade prioritariamente individual, então não faria sentido comparar com esportes que dependem de uma conexão coletiva. Neste sentido, não é muito diferente do que jogar boliche ou treinar arremessos ou chutes a gol individualmente. Com a diferença sensível de que o aprimoramento aumenta a letalidade.

Outros realmente parecem estar desesperados com a ameaça simbólica: discutem, por exemplo, a utilização de armas de apoio na hipótese de a pistola falhar ou acabarem os projéteis. Levando em consideração que a maior parte dos frequentadores opta por pistolas que possuem mais de quinze tiros, impressiona a expectativa de acabarem os projéteis em uma situação real, embora exista certa racionalização derivada do baixo número de acertos em uma reação concreta. Debatem a viabilidade de utilização de instrumentos bélicos de menor complexidade (o revólver, essencialmente) para situações de “nega da munição” ou travamento inesperado das pistolas.

Há grupos de mulheres e produtos destinados exclusivamente ao público feminino que oferecem desde armas específicas até produtos de vestuário para porte velado. Existem linhas de pistolas customizadas produzidas por empresas estrangeiras com valores entre dez e vinte mil reais, destinadas para mulheres e colecionadores. Em dias específicos, é possível treinar com armas de uso especial de forças de segurança, bem como fuzis e espingardas.

O registro como atirador exige laudo psicológico produzido por um psicólogo cadastrado pelo exército ou pela polícia federal, que consiste em um diálogo breve sobre as justificativas para o pedido, bastante próximo de uma primeira sessão com psicoterapeuta. Após, são aplicados testes de concentração, memorização e interpretação de figuras abstratas. Os testes exigem algum autocontrole e mecanismos de domínio da ansiedade, mas são bastante fáceis, embora extremamente longos. Exigem a presença na sala por mais ou menos cinco horas ininterruptas. A psicóloga se apresenta como uma profissional técnica que possui instrumentos neutros e objetivos de aferição e classificação de sujeitos, uma espécie de aplicação exemplar dos “exames” discutidos por Foucault. Apesar disso, o discurso não é muito diferente do que se encontra como justificativa para qualquer outro laudo psicológico. É uma linguagem bem mais racional do que o discurso jurídico utilizado para individualizar a pena, por exemplo.

O contexto do poder-saber que legitima a autorização para adquirir uma arma de fogo compõe um critério jurídico baseado na ausência de seleção pelo sistema penal (condenação transitada em

julgado) com um saber psicológico que seria capaz de identificar um eventual potencial de periculosidade, aos quais ainda é acrescentado um critério de renda, que é necessário para o pagamento dos cursos e aquisição da arma. Além de outras comprovações de ordem burocrática, o laudo psicológico e os cursos de tiro esgotam as exigências administrativas para obtenção do certificado de registro como atirador, o que autoriza a compra de armas e munições, assim como oferta o porte de trânsito que permite o deslocamento entre as residências do atirador, os treinos no clube e as competições.

O processo administrativo é lento, assim como o tempo para aquisição da arma, que dificilmente levará menos de dois anos. Ocorre que o processo de internalização de um certo domínio sobre a segurança é muito mais psíquico do que material, possibilitando que neste meio tempo os associados façam uso de outros cursos para lidar com seus temores: manejo de facas, fuga automotiva, uso de bastões, blindagem balística, proteção residencial ou utilização de roupas táticas.

Além da promessa de controle sobre eventos trágicos da vida, a prática comercializa um espaço de encontro em que indivíduos atemorizados adquirem treino psicológico para situações de tensão, canalizando receios abstratos em riscos concretos: dar um tiro na própria perna alimentando a arma, acertar outro sócio que utiliza a pista, esquecer de esconder a pistola das crianças ou ser morto com a sua arma pelo ladrão. Pode se dizer que a prática cria o risco e vende o controle do risco, visíveis nas técnicas ensinadas para não ter a arma roubada, no cofre para proteger e isolar a arma e na pistola com mais travas de segurança contra acidentes. Com isso, o curso também propicia uma sensação de segurança com relação ao novo objeto ansiogênico que, ironicamente, inexistia antes do processo de habilitação ter se iniciado.

3. DIÁLOGOS POSSÍVEIS SOBRE A RACIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PREVENTIVA NOS GRUPOS OBSERVADOS

O discurso explícito nos espaços descritos não questiona o sentido do controle informal ou as causas determinantes da violência urbana. Não está em debate a (in)existência de cultura consensual, as razões do conflito ou a necessidade de recuperar valores essenciais centrados na família, no trabalho ou em qualquer elemento absoluto, assim como discussões sobre possibilidades de transformação social ou individual (YOUNG, 2002, p.24). Não há nenhuma brecha para debates que extrapolem o contexto concreto e esperado no qual uma ameaça simbólica irá se concretizar e para o qual deveríamos estar preparados.

A transição de uma sociedade inclusiva para outra que apenas separa e exclui como forma de proteção securitária também não está em discussão nos grupos, embora os processos de desintegração comunitária e derretimento das estruturas de proteção do trabalho e da previdência estejam presentes



implicitamente em grande parte dos diálogos e pareçam responsáveis por importante parcela de insegurança (YOUNG, 2002. p.23).

A redução do mercado de trabalho primário e a manutenção de desempregados estruturais é frustrante e demanda reação, mesmo que o objeto não esteja claro. A percepção da irrelevância da escolaridade e da previdência semeia espaços em que a força física e o potencial de violência são virtudes primeiras. Na ausência de seguro coletivo contra os riscos, os indivíduos vão criando inimigos e soluções simbólicas que lhes dão uma sensação de controle (BATISTA, 2003. p.82).

A percepção geral de imprevidência se mescla com oponentes imaginários e torna-se muito superior aos perigos reais, oferecendo certa sensação de eficácia na prevenção individual, o que justifica o dispêndio psicológico e econômico na manutenção das paranoias securitárias como manifestações culturais de um medo generalizado (PASTANA, 2003. p. 46). Não contribui o fato de que a arte não possui relação com a sobrevivência, de modo que alternativas transcendentais não se colocam como viáveis.

A crescente importância do tema da segurança assinala uma nova etapa histórica que sucede ao estado providência. O estado vê-se tentado a virar-se para a sua obrigação principal, a que funda a própria existência do político, a saber, a segurança. A associação política construiu-se com base numa proteção recíproca contra a violência. Quando uma sociedade tem a impressão de ter perdido o controle das suas ruas, dos seus bairros, das suas cidades, recorre à justiça para exprimir a sua cólera, mesmo até para tirar a sua desforra. O fenômeno do bode expiatório regressa assim numa sociedade em crise, inquieta, que perdeu o controle da sua economia, e talvez também os seus valores, fato que é ainda mais agravado pelo fenômeno urbano. A cidade é o local do anonimato, um lugar propício para o despertar do fantasma do outro (GARAPON, 1997. p. 247).

Nas últimas décadas, a paisagem urbana veio a ser moldada cada vez mais pela perspectiva preventivo securitária: grades cercam edifícios e casas; barras de metal revestem portas e janelas e enjaulam os moradores; adesivos gigantescos com ameaças de “resposta rápida” são ostentados de forma proeminente nas respectivas fachadas — e incluem o número de telefone para rápida contratação do serviço —; sistemas de identificação digital e alarmes são cada vez mais adotados em residências; câmeras de segurança vigiam continuamente áreas de comércio, postos de gasolina e o interior de lojas e *shopping centers*. O medo da violência desperta um desejo de unidade frente ao inimigo percebido, reúne o grupo em torno de uma pauta comum, em face de uma mesma questão pretensamente objetiva. Assim, verdadeiras cidades são erguidas do nada para isolar os moradores do restante da população.

Fora dos condomínios fechados, cercas, grades e avisos conformam um “texto” para ser lido por vizinhos, transeuntes e potenciais invasores: terrenos hostis que dão outro sentido ao mito moderno do lar como refúgio do estresse da vida cotidiana (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008, p.96). Para algumas pessoas, o último recurso de resistência será um *bandog*: um animal que financeiramente representa um custo muito menor do que implicam os sofisticados sistemas de defesa contemporâneos.



Mas embora existam aqueles que podem pagar para se proteger, a maioria é forçada a se deslocar por e para as margens desprotegidas da sociedade, bem como residir nelas. Nesse sentido, O abandono do espaço público pelas elites não pode ser acompanhado pelas demais classes. Na impossibilidade de ruas, condomínios e bairros inteiros fechados, os sujeitos criam sensações de segurança baseadas em instrumentais e objetos de conforto que permitem a permanência no espaço público com menor sensação de desespero. Nesse sentido, as ansiedades em torno do “crime” são exploradas por uma indústria florescente. Não é preciso muito esforço para perceber que hoje o crime é um negócio muito lucrativo, ainda que não necessariamente para os criminosos — ou para o estereótipo que temos deles — em si mesmos. Como observam Ferrell, Hayward e Young,

[...] grades e sistemas de alarme domiciliar conformam muito mais do que um alvo mais difícil, eles oferecem evidência da utilidade política do medo de que alguém se torne vítima, bem como oferecem evidência da indústria de bilhões de dólares que comercializa sistemas de segurança e que promove e lucra exatamente com esse medo (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2008, p. 96).

As lojas de “aventura” e sobrevivência exploram essas sensações e ansiedades, acompanhadas de canais com tutoriais sobre a utilização de spray de pimenta, bastões retráteis, botas com ponteiros de aço e cães treinados e dispostos ao embate com o inimigo. Há certa proximidade com a lógica dos escoteiros ou de militares que vão para a selva. Porto Alegre sempre possuiu diversas lojas voltadas ao público, algumas mais dedicadas à caça e pesca, mas sempre com objetos dúbios: roupas camufladas, facas de uso urbano ou armas de fogo.

Embora seja possível ler tal contexto identificando uma lógica diametralmente oposta à da expansão dos direitos, há ao mesmo tempo uma tentativa de empoderamento sensível no uso da rua, na ocupação do espaço público e na disposição de encontrar com a diferença, talvez de forma até menos seletiva do que nos condomínios fechados ou nos shoppings vigiados. Não é tão grande a diferença do comportamento frente ao risco da classe média que circula desarmada - mas preferencialmente em espaços privados - e o comportamento paranoico daqueles que se submetem ao encontro com a diferença abastecidos de um maior potencial de agressividade preventiva.

No primeiro caso, a sensação de segurança não depende tanto da ausência do crime, mas da distância social (PASTANA, 2003. p. 93). No segundo caso, a sensação de segurança admite a proximidade, mas em um estado relativamente paranoico de relação social. Por outro lado, a pesquisa empírica demonstrou que a diluição do impacto psíquico da parafernália de segurança é rápida: o uso rotineiro dos instrumentos de defesa - quase uma substituição de objeto no sentido Lacaniano (LACAN, 1995) – esvanece o desconforto de transitar armado. Se é verdade que a posse de uma arma, mesmo branca, torna necessário intensificar o alerta frente ao risco, reduzindo a qualidade da experiência, a



dessensibilização é extremamente eficaz, de modo que não fica claro se de fato provoca um estado permanente de ansiedade. A consequência parece muito mais individual do que uma decorrência automática da posse do objeto.

O aumento da potência de agressividade alivia o medo público e gera padrões menos intensos de mapas a evitar. São destrinchadas zonas problemáticas, desmanchados estereótipos urbanos, reduzidos os parques a serem temidos e liberados horários considerados mais perigosos para utilização do espaço público (YOUNG, 2002. p.37).

É lógico que tal liberdade não se dá pelo aumento da potência de agressão, mas pelo recrudescimento do medo e desconstrução de estereótipos espaciais, decorrente de imagens, palavras, alegorias ou mesmo de experiências violentas vividas, reais ou imaginárias. O receio do contato contribui na desarticulação comunitária e na destruição das teias de sociabilidade (BAIERL, 2004. p. 209).

Essas alegorias, esses discursos, essas imagens, produzem um arranjo estético, em que a ocupação dos espaços públicos produz fantasias de pânico do caos social. Aparece a cidade como jardim, metáfora fundadora das utopias urbanas retrógradas, a necessitar de limpeza de pragas, de ervas daninhas. Conflui para a explicação desse arranjo estético o discurso higienista e ilusões de igualdade política invocada na primeira constituição republicana, mirando a 'economia étnica' da população como desafio – chave de análise (BATISTA, 2003. p.52).

Neste sentido, a utilização de objetos-quase-brinquedos ou a aquisição de força física que propicia a permanência no espaço público é mais prazerosa do que o abandono e a privatização dos espaços de lazer em condomínios fechados e centros comerciais vigiados. Ao que parece, uma das razões pelas quais se pode especular que estão entrelaçadas as dialéticas de medo e prazer é a sensação de empoderamento e aumento de autoestima que decorre do progresso no treinamento, seja ele de força física ou de manejo de arma de fogo. Por meio da aquisição de habilidades que possibilitam ao indivíduo circular no espaço urbano em um patamar diferente de percepção subjetiva, os indivíduos negociam identidade e reconstróem o próprio *self*. Não se trata de uma diminuição objetiva do risco, mas de uma experiência subjetiva nitidamente distinta de reivindicação de território e de disposição para cruzar fronteiras anteriormente percebidas como demasiadamente perigosas, o que provoca inclusive reflexos corporais e fisiológicos diferenciados no curso da exposição a potenciais “inimigos”. O medo pode assim ser reconfigurado como excitação decorrente do confronto com o “risco”.

Evidentemente, o desenvolvimento de força física não equivale ao que representa em termos simbólicos a posse de uma arma de fogo. Por mais que se possa argumentar que igualmente são visíveis questões de masculinidade, uma vez que a arma de fogo carrega consigo uma dimensão de símbolo fálico, na sua posse estão em jogo ansiedades e sensibilidades mais profundamente enraizadas. Ainda que seja uma falácia a utilização de proteções tópicas para ansiedades profundas, como uma espécie de

criminologia cosmiética, o próprio exercício de transitar com um objeto protetor desloca os obstáculos paranoicos e ansiogênicos, exercendo função parecida com aquela do terço ou do cordão religioso. A falta de transcendência do objeto é bem mais uma racionalização do analista crítico do que um fato incontestável. A tendência é que a parafernália securitária nunca seja utilizada, mas com redução exponencial da ansiedade de contato. A questão é muito mais simbólica do que concreta. Não faz tanto sentido discutir racionalmente a eficácia dos brinquedos que matam se o objetivo for entender a justificativa do portador, como se a escolha dos medos fosse sempre uma opção voluntária e consciente. É possível legislar e conter o armamentismo. Essa inclusive parece a melhor escolha, mas não por decorrência de uma espécie de psicanálise policial (LACAN, 2003, P.131) derivada de um estereótipo político ou profiling criminal pretensamente progressista.

A escolha de medos abstratos e a criação de protocolos de ação pacifica os grupos e cria uma comunidade coesa em torno da tentativa de exterminar a tragicidade humana: os canais sobrevivencialistas criam tutoriais de como criar galinhas orgânicas, purificar a água, reproduzir peixes, produzir mel, reduzir a utilização de agrotóxicos na agricultura, sobreviver sem energia elétrica, etc.

Os rancores convergem para alguns bodes expiatórios, mas também criam alternativas ao consumo industrial, já que o caos em algum momento irá nos atingir. Em certo sentido, são mais lúcidos do que a cultura do consumo do liberalismo contemporâneo. De fato, parece que a tendência de destruição do planeta irá criar uma situação de pânico social e defesa mais aguda da sobrevivência. No entanto, ocorre que eles possuem alguma certeza de que isso acontecerá nos próximos dias.

De qualquer forma, são tentativas que divergem do isolamento social dos condomínios privados que, no máximo, fazem menção a alguma espécie de convivência entre seus próprios moradores. A piscina, a cancha de esportes e o bosque interno somente estão ali para não ser necessário correr o risco de sair do forte em que todos integram um grupo social homogêneo, com mesmo perfil socioeconômico (ANITUA, 2008, P.813). Se é possível afirmar que alguns indivíduos buscam a prevenção securitária para permanecerem trancados no condomínio, não foi o que foi constatado. Por outro lado, existe uma proximidade significativa do sobrevivencialismo com as leituras da criminologia atuarial em relação ao papel do Estado:

As normas de ação decorrentes não se endereçam apenas aos organismos do Estado, endereçam-se às organizações, instituições e indivíduos da sociedade civil. As teorias dão por estabelecida a capacidade limitada do Estado. Os novos programas de ação procuram influenciar a conduta das vítimas potenciais, armar os alvos vulneráveis, melhorar a segurança em zonas perigosas e reestruturar as rotinas da vida cotidiana que têm por consequência desagradável propiciar ocasiões para o crime. Essa criminologia expeditiva visa, de fato, modificar as rotinas cotidianas da vida social e econômica em direções que limitem a ocasião, redistribuam os custos e criem efeitos dissuasivos. Ela procura instaurar controles antes no seio do desdobramento da interação normal do



que num plano superior, na forma de um comando soberano. Mas lá onde a ideia de repressão interna remetia ao domínio de si e à civilidade de humanos que participam de uma cena, recorre-se hoje às tecnologias de segurança e supervisão (BAUMAN, p.66).

A sobrevivência aparece como elemento desencadeado por um risco geral internalizado e enovelado na destruição das soluções coletivas (PERALVA, 2000. p. 121). A ideologia de segurança total existente na autoproteção poderia afastar o indivíduo da condição de cidadão, mas no caso concreto não há expectativa real de onipotência frente ao risco, mas apenas a criação de uma sensação de controle efêmero que ao menos permite que se restaurem possibilidades de uso do espaço público (PASTANA, 2003. p.89) frente ao risco de morte simbólica do sujeito coletivo, substanciada no esvaziamento de práticas de permanência ociosa na rua como decorrência do medo. Eventualmente o conflito assumirá formas violentas, além da estética, quanto mais sua expressão política for obstaculizada (PERALVA, 2000. p. 123).

É importante compreender que são sujeitos que sofrem. Parece pouco lúcido interpretar no Bolsonarismo a criação dessas condições, embora sem dúvida tenha sido responsável pela difusão e concentração de perspectivas individuais de segurança bélica, cujo discurso não era escutado pelos grupos considerados progressistas. O próprio rap construiu por décadas a hipótese de que a segurança deve ser garantida pelo corpo biológico ameaçado e a coletividade ao redor, não pelo Estado. A descrença nas soluções estatais atravessa os espectros políticos e os problemas da ideologia implícita são evidentes:

Uma das formas de violência é a de criar toda uma ideologia justificadora, que faz com que essa sensação de autoritarismo seja vista como algo circunstancial e necessário. É diluir a opressão em contextos instáveis convencendo o oprimido de que ele está nessa situação não porque existem outros que o oprimem, mas porque vive em um ambiente hostil em que o preço de sua segurança é a arbitrariedade e o autoritarismo. Evidentemente, quanto mais convincente e estratificada é uma opressão, mais sofisticado e mais profundo é o emprego da ideologia justificadora, que chega a ser, às vezes, perfeitamente introjetado no oprimido, contribuindo de maneira fortíssima para a manutenção do status quo e servindo também de suporte para os casos em que é preciso recorrer a uma violência mais direta e mais explícita como forma de controle. A cultura do medo é, portanto, retrato dessa forma hegemônica de pensar sobre a criminalidade e a segurança pública atuais (PASTANA, 2003. p.94).

É ilusório acreditar que alguns de nós não estão inseridos em algum tipo de neurose contemporânea. Todos efetivamente sofrem pânico e tal ansiedade decorre tanto de fatores simbólicos quanto concretos. Tal fato torna possível, por exemplo, interpretar os discursos de justificação das prevenções securitárias dentro de panoramas teóricos da criminologia psicanalítica (CARVALHO, 2015, p.400) ou da sociologia do crime: discursos de justificação do comportamento agressivo/reactivo calcadas em técnicas subculturais de neutralização; desejos de agressão cuja expressão oral desvela culpas inconscientes aguardando um fato violento cuja reação se torne ao mesmo tempo uma confissão em ato

e uma sanção pública (FREUD, 2010, p.284); objetos defensivos que representam desejos sádicos decorrentes de uma identificação com o agressor; simplificação da complexidade na escolha de bodes expiatórios indefesos (FREUD, 2013); angústias advindas da covardia ou inabilidade em colocar o corpo em espaços públicos, exigindo a identificação de culpados externos (NIETZSCHE, 2008, p.55) como forma de canalização do ressentimento, dentre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo explorou as dinâmicas de negociação de significado, empoderamento e reconstrução do *self* presentes em três ambientes sociais dedicados a prevenção securitária: em um clube de tiro, em um ginásio de preparação física para defesa pessoal e em grupos de cães de guarda. Os dados empíricos das realidades retratadas e problematizadas por meio do referencial teórico e da metodologia aqui empregada foram obtidos por meio de uma inserção etnográfica que possibilitou uma leitura qualificada do fenômeno, com base nas experiências efetivamente vividas por pessoas inseridas em tais espaços.

A nomeação do fenômeno auxilia na interpretação dos fatos sociais, permite a problematização dos contextos criminológicos e mantém a transdisciplinaridade sem a qual não faria sentido a existência da criminologia. Ocorre que em trabalhos empíricos a aplicação de sentenças socio psicanalíticas travestidas de análise objetiva de grupos concretos parece incorrer em problema semelhante ao apontado por Lacan no debate sobre relações possíveis entre a psicanálise e o poder judiciário, já que intuem a necessidade de alteração daquilo que pensam ou sentem determinados grupos urbanos, supondo que o sujeito possa confessar aquilo que não sabe (LACAN, 1998, p.146) ou que os pesquisadores exerça certa função mística de desvelamento da verdade subjetiva. A hipótese só faria sentido se houvesse qualquer aferição de certeza neste tipo de sentença ou se a intervenção estatal reparadora/retributiva em temas político-criminais não fosse seletiva e sempre reprodutora de violência. O sistema penal nunca precisou de justificativa para intervir e a observação empírica normalmente aponta no sentido contrário da intervenção meramente penal.

Além disso, a sentença criminológica derivada do contato com uma coletividade concreta coloca os pesquisadores em uma posição hierárquica de julgamento sobre os grupos retratados, o que não parece condizente com os objetivos da antropologia urbana ou da criminologia cultural. Uma coisa é interpretar teorias e conjecturar hipóteses de nomeação de fenômenos urbanos ou atos individuais, outra coisa é se colocar concretamente no espaço e dele extrair rótulos. Nos casos em que o fenômeno claramente aponta para uma situação aberrante, talvez o trabalho empírico não seja necessário para afirmar a necessidade de intervenção. De qualquer forma, não foi essa a proposta adotada. Inspirada pela



leitura de Matza, o sentido da pesquisa foi apreciativo e não correccionalista. Não foi um empreendimento movido por uma intenção de intervenção e sim de compreensão das razões que levam as pessoas a transitar em determinadas espaços e a se inserir em certos grupos como uma forma de adquirir propósito e significado, de dar um sentido à própria vida e de se reconstruir subjetivamente como alguém assertivo e não amedrontado, diante de realidades urbanas percebidas como incertas e ameaçadoras.

Em trabalhos empíricos nos quais o grupo observado está em posição oposta ao campo criminológico dos pesquisadores, é possivelmente mais produtivo descrever o objeto e apontar leituras possíveis para o fenômeno de forma abstrata do que descrever concretamente o fato e depois nomeá-lo expressamente, como faria um juiz criminal na sentença de um fato típico, antijurídico e culpável, já que nada impede que o próprio campo de saber posteriormente analise e conceitue. Por outro lado, a denegação objetiva justificar a fragilidade dos resultados objetivos do artigo e o fracasso na explicação causal do crescimento exponencial das prevenções securitárias, o que não refuta a racionalidade dos argumentos aqui desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

ANITUA, Gabriel. História dos pensamentos criminológicos. Rio de Janeiro: Revan, 2008, p. 813.

BAIERL, Luzia Fátima. Medo Social. São Paulo: Cortez, 2004. p. 209

BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois Tempos de uma História. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p.82.

BECKER, Howard S. Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34; São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Salo de. Antimanual de Criminologia. Saraiva: São Paulo, 2015, p. 384.

DAVIS, Mike. City of Quartz: Excavating the Future in Los Angeles, London: Vintage, 1990.

DIETER, Maurício. Política Criminal Atuarial. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

EDIFÍCIO Master. Direção: Eduardo Coutinho. Brasil: Videofilmes: Imovision, 2002. 2 DVD (110 min).

FERRELL, Jeff. The Only Possible Adventure: Edgework and Anarchy. In: LYNG, Stephen (org). Edgework: The Sociology of Risk Taking. Londres: Routledge, 2004.



FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith. BROWN, Michelle. Cultural Criminology. In: BROWN, Michelle (Org.) The Oxford Research Encyclopaedia of Crime, Media, and Popular Culture, Oxford: Oxford University Press, 2017.

FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith; YOUNG, Jock. Cultural Criminology: An Invitation. Londres: Sage, 2008.

FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith; YOUNG, Jock. Criminologia cultural: um convite. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GARAPON, Antoine. Bem Julgar: Ensaio sobre o Ritual Judiciário. Lisboa: Piaget, 1997. p. 247.

HAYWARD, Keith. Crime, Cultura de Consumo e Experiência Urbana. Florianópolis: Emais, 2022.

HAYWARD, Keith. Space — the final frontier: criminology, the city and the spatial dynamics of exclusion. In: FERRELL, Jeff. Hayward, Keith. MORRISON, Wayne. PRESDEE, Mike. Cultural criminology unleashed. London: Glasshouse Press, 2004.

KEHL, Maria Rita. Ressentimento. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

LACAN, Jacques. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: _____. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p.146.

LACAN, Jacques. O Seminário, Livro 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 274.

LACAN, Jacques. Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In: _____. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LYNG, Stephen. Edgework: a social psychological analysis of voluntary risk-taking'. American Journal of Sociology 95: 876–921, 1990.

MAFFESOLI, Michel. O conhecimento comum: introdução à sociologia Compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MATZA, David. Becoming deviant. New Brunswick: Transaction publishers, 2010.

MATZA, David. SYKES, Gresham. Juvenile delinquency and subterranean values. American Sociological Review, Vol. 26, No. 5. 1961.

MATZA, David. SYKES, Gresham. Techniques of neutralization: a theory of delinquency. American sociological review, V.22, No. 6. 1957.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim falava Zaratustra. Petrópolis: Vozes, 2008.

PASTANA, Débora Regina. Cultura do Medo: Reflexões sobre Violência Criminal, Controle Social e Cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003. p.94.



PERALVA, Angelina. Violência e Democracia: O Paradoxo Brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 121.

SOARES, Luis Eduardo; ATHAÍDE, Celso; MV Bill. Cabeça de Porco. São Paulo: Objetiva, 2005. p. 175.

VELHO, Gilberto. A utopia urbana: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

YOUNG, Jock. A Sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Sobre os autores:

Salah Hassan Khaled Junior

Doutor e mestre em Ciências Criminais (PUCRS). Mestre em História (UFRGS). Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Presidente do Instituto Brasileiro de Criminologia Cultural

Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande - FURG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4918-1060>

E-mail: salah.khaledjr@gmail.com

José Antônio Gerzson Linck

Doutor e mestre em Ciências Criminais (PUCRS). Professor de Direito e Prática Penal na Universidade La Salle.

Universidade La Salle

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9705-478X>

E-mail: jlinck@uol.com.br

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

